

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

VITÓRIA GONZALEZ MARTINS

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E TERAPIA OCUPACIONAL: UMA REVISÃO
DE ESCOPO**

SÃO CARLOS/SP

2025

VITÓRIA GONZALEZ MARTINS

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E TERAPIA OCUPACIONAL: UMA REVISÃO
DE ESCOPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marina Leandrini de Oliveira

SÃO CARLOS/SP

2025

VITÓRIA GONZALEZ MARTINS

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E TERAPIA OCUPACIONAL: UMA REVISÃO
DE ESCOPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora Profa. Dra. Marina Leandrini de Oliveira
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Profª Dra Livia Celegati Pan
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Agradecimentos:

Agradeço profundamente aos meus pais, **Roni e Camila**, que me forneceram uma base sólida de amor e esperança, por me apoiaram em todas as decisões, me incentivarem e serem, em essência, a tradução da palavra *lar*.

Agradeço à minha irmã de sangue e de alma, **Bianca**, que é também minha melhor amiga, pelo suporte incondicional, pela amorosidade, cuidado, por ser minha inspiração de vida e por me fazer lembrar que cair em si não é um tropeço, mas sim um vôo.

Agradeço, carinhosamente, à minha cachorrinha **Liz**, um verdadeiro *presente de Deus* que se fez presente com sua doce companhia em todos os momentos.

Agradeço aos meus padrinhos, **Alzira e Mário**, por acreditarem em mim e me apoiarem ao longo desta trajetória. Faço um parênteses especial para agradecer ao meu avô **João** (*in memorian*), que tenho certeza que permanece vivo em nossos corações e está orgulhoso, pois ele, mais que qualquer pessoa que já conheci, amava a nossa UFSCar.

Agradeço aos meus amigos de infância, **Letícia S., Victor G., André, Duda, Gustavo, Nicole e Letícia M., Ana Clara e Neno** por permanecerem e crescerem junto comigo, e pelas minhas amigas da faculdade, em especial, **Giovana, Gabit., Gabi E., Gabi P., Iasmim e Loise**, por fazerem parte da minha vida, me inspirando, me ensinando, me acolhendo e celebrando comigo ao longo desta trajetória.

Agradeço à minha orientadora **Marina**, pela conexão permeada por afetos, pela orientação que culminou em contribuições valiosas neste trabalho, por me inspirar com sua sensibilidade e pela confiança de sempre.

Agradeço às demais professoras do Departamento de Terapia Ocupacional, em especial, à **Lívia**, orientadora das minhas duas primeiras iniciações científicas, pela oportunidade da pesquisa e por confiar em mim durante este caminho.

Também agradeço às mulheres profissionais que me acompanharam desde a infância até aqui, especialmente a minha psicóloga **Carina**, exemplo de escuta ativa e acolhimento, e minha professora de inglês, **teacher Roberta**, exemplo de excelência, humanidade e cuidado.

Por fim, agradeço a **Deus** e a **espiritualidade amiga**, por me amparar, me proteger e me dar energia e coragem para seguir.

“[...] Cultivar a fé

Para no fim da jornada

Compreender que outra vai começar [...]”

– Irmão Urso

RESUMO

Introdução: O fenômeno da violência é amplo, complexo, multideterminado e transversal. Trata-se de um termo polissêmico e sua conceituação é pautada em diferentes campos do saber. Dentre os processos de violências dados em sociedade, destacamos na presente pesquisa a violência contra mulher. No âmbito dos debates profissionais sobre a temática, compreende-se que terapeutas ocupacionais, por se dedicarem ao cotidiano das pessoas que acompanham, atuam diretamente com as violências em suas variadas formas, nos diferentes contextos no qual ela se apresenta. **Objetivo:** Realizar uma revisão de escopo na literatura nacional e internacional, buscando identificar, sistematizar e analisar a produção científica acerca da temática da violência contra mulher e terapia ocupacional, descrevendo as possibilidades de contribuição profissional no acompanhamento às mulheres em situação de violência. **Metodologia:** Propõe-se uma revisão de escopo da literatura, metodologia cujo objetivo é mapear os principais conceitos que subsidiam um determinado campo de pesquisa, bem como identificar as principais fontes e os tipos de evidências disponíveis, principalmente em áreas complexas que não foram amplamente analisadas. Os procedimentos a serem realizados estão de acordo com os parâmetros apresentados pela abordagem, os quais são compostos por cinco etapas apresentadas a seguir: 1) Identificação da pergunta de pesquisa; 2) Identificação de estudos relevantes; 3) Seleção dos estudos; 4) Mapeamento dos dados; 5) Síntese dos dados. As perguntas de pesquisa que orientaram o trabalho foram: O que foi produzido na literatura sobre violência contra mulher na interface com a terapia ocupacional? Quais as possibilidades de contribuição de terapeutas ocupacionais no acompanhamento às mulheres em situação de violência? **Resultados:** Delineou-se três categorias de análise para destacar os principais achados dos artigos, são elas: a) *“Identificando os tipos de violência contra mulher em produções da Terapia Ocupacional”*, a qual evidenciou a violência doméstica, especificamente entre parceiros íntimos; b) *“Mulheres e suas singularidades no cuidado em Terapia Ocupacional no âmbito da violência”*, que destacou além de produção voltada a mulheres, incluindo mulheres trans e com deficiência, também estudantes e profissionais; e c) *“Enfrentando a violência contra mulher no cuidado em Terapia Ocupacional: bases conceituais e intervenções identificadas”*, salientando ações técnicas como: a construção de vínculos, a condução de entrevistas, atendimentos individuais, familiares ou grupais e a promoção da proteção social, saúde e bem-estar. **Considerações finais:** A partir dos resultados, fomenta-se a visibilidade da temática, visando contribuir com terapeutas ocupacionais em suas intervenções e no engajamento nas lutas para a redução/eliminação das desigualdades nocivas de gênero nas sociedades.

Palavras-Chave: Violência de Gênero, Violência Contra Mulher, Terapia Ocupacional, Prática Profissional, Literatura de Revisão

ABSTRACT

Introduction: The phenomenon of violence is broad, complex, multi-determined and cross-sectional. It is a polysemic term and its conceptualization is based on different fields of knowledge. Among the processes of violence that take place in society, gender-based violence, more specifically violence against women, stands out in this research. In the context of professional debates on this issue, it is understood that occupational therapists play a meaningful role since as their work is deeply embedded in the daily lives of individual and communities directly affected by violence in its various forms and contexts in which it occurs. **Objective:** To do a scoping review of national and international literature, aiming to identify, systematize and analyse scientific production on the subject of violence against women in relation to occupational therapy, describing the possibilities of professional contributions in supporting women in situations of violence. **Methodology:** A scoping review of the literature is proposed. This methodology aims to map the main concepts that support a given field of research, as well as to identify the main sources and types of evidence available, especially in complex areas that have not been widely analysed. The procedures to be carried out are in line with the parameters presented by the approach, which are made up of five stages presented below: 1) Identifying of the research question; 2) Identification of relevant studies; 3) Selection of studies; 4) Data mapping; 5) Data synthesis. The research questions that guided the work were: What has been produced in the literature on violence against women in the interface with occupational therapy? What are the possibilities for the contribution of occupational therapists in accompanying women in situations of violence? **Results:** Three categories of analysis were outlined to highlight the main findings of the articles: a) “Identifying the types of violence against women in Occupational Therapy productions”, which highlighted domestic violence, specifically between intimate partners; b) “Women and their singularities in Occupational Therapy care in the context of violence”, which highlighted not only production aimed at women, including trans women and women with disabilities, but also students and professionals; and c) “Facing violence against women in Occupational Therapy care: conceptual bases and identified interventions”, highlighting technical actions such as: building bonds, conducting interviews, individual, family or group care and promoting social protection, health and well-being. **Final considerations:** Based on the results, the visibility of the theme is encouraged, with the aim of contributing to occupational therapists in their interventions and in their engagement in the struggles to reduce/eliminate harmful gender inequalities in societies.

Keywords: Gender Violence, Violence Against Women, Occupational Therapy, Professional Practice, Literature Review

LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 – Procedimento para a seleção dos artigos, pautado no modelo PRISMA	17
Figura 2 – Exemplo de mapa mental	18
Figura 3 – Iceberg da violência de gênero	25
Quadro 1 – Caracterização dos textos que integram a revisão de acordo com país de origem	19
Quadro 2 – Artigos que compõe a revisão por título, autores, ano, país, objetivo, fonte de informação, amostra e síntese metodológica	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Violências: conceitos em perspectivas	8
1.2	A violência de gênero e a violência contra mulher	10
1.3	O cenário brasileiro da violência contra mulher	12
1.4	A violência contra mulher e a terapia ocupacional: como temos atuado diante dessa realidade	13
2.	OBJETIVOS	14
3.	METODOLOGIA	15
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4.1	Identificando os tipos de violência contra mulher em produções da Terapia Ocupacional	24
4.2	Mulheres e suas singularidades no cuidado em Terapia Ocupacional no âmbito da violência	26
4.3	Enfrentando a violência contra mulher e o cuidado em Terapia Ocupacional: bases conceituais e intervenções identificadas	27
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6.	REFERÊNCIAS	34
7.	APÊNDICE	40

1. INTRODUÇÃO

1.1 Violências: conceitos em perspectivas

O fenômeno da violência é amplo, complexo, multideterminado e transversal. Trata-se de um termo polissêmico e sua conceituação é pauta de discussões em diferentes campos do saber, tais como: Ciências Sociais, História, Geografia, Economia, Medicina, Psicologia, Direito etc. Segundo o dicionário francês Robert (Robert, 1964 *apud* Michaud, 1989, p. 7) a violência pode ser definida como:

“O fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação; o ato através do qual se exerce a violência; uma imposição natural para a expressão brutal dos sentimentos. A força irresistível de uma coisa, o caráter brutal de uma ação.” (Robert, 1964 *apud* Michaud, 1989, p. 7)

Já o Dicionário Online de Português apresenta também outros aspectos acerca do termo, como a crueldade, perversidade e tirania, a exemplo de regimes violentos; a opressão, nos casos de violência contra mulher; e, na perspectiva jurídica, coloca o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, que obriga essa pessoa a fazer o que lhe é imposto”, tal qual nos casos de violência física e/ou psicológica (Dicio, 2023, s/p.).

Michaud (1989, p. 10), buscando definir a violência, aponta:

“[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (Michaud, 1989, p. 10)

A palavra “violência” tem sua origem no latim *violentia*, que possui o significado de violência, caráter violento ou força; já o verbo *violare* significa tratar com violência, transgredir ou profanar. Tanto o substantivo quanto sua ação possuem raiz na palavra “vis”, que exprime o sentido do vigor e da força, não apenas em seu caráter físico, mas também em sua essência (Michaud, 1989).

Nesta direção, nota-se uma relação entre violência e força, sendo que, de acordo com Michaud (1989), a força em si não possui um julgamento de valor, isto é, ela não é qualificada. Entretanto, ela se torna violenta à medida que interfere em uma determinada ordem ou norma social. Como essas normas possuem suas variações dentro das diversas sociedades, pode-se inferir que existem, também, diferentes tipos de violência. Dessa forma, a partir de sua pluralidade, considera-se utilizar “violências”.

Bernaski e Sochodolak (2018) defendem que a violência é um componente que transforma as estruturas sociais em diversos tempos históricos, criando e recriando os espaços sociais, culturais, atravessados pelas tradições, gêneros, classes, envolvendo diferentes Estados, regimes políticos etc. Desse modo, notamos que a violência está presente nos detalhes do cotidiano.

Historicamente, há registros de violências desde os tempos antigos, com manifestações distintas nas diversas sociedades, e caracterizações próprias de acordo com os padrões e normas estabelecidas. Para Girard (1990, p. 10), “a violência é de todos e está em todos”, e, de acordo com Bernaski e Sochodolak (2018), a violência se reproduz, sendo alimento para mais violência.

Dada a relevância do conceito, diferentes autores o debateram ao longo do tempo. Filho (2001) realizou um levantamento em torno da temática, indicando que para Marx a violência não seria inerente ao sujeito e poderia ser superada, isto é, as pessoas seriam capazes de dominar e administrar sua irracionalidade e agressividade “animal”. Já para Nietzsche, a violência seria intrínseca ao sujeito, de maneira instintiva. Este posicionamento também foi defendido por Freud. Para Aristóteles, ao se referir às ações de coação física, discute a violência como tudo que é externo ao ser, ou seja, contra a natureza (Filho, 2001).

Em outras leituras sobre a violência, com base em estudo realizado por Hayeck (2009), a autora destaca que Chauí estabelece uma relação entre violência e poder, em que a violência estaria associada às diferenças hierárquicas com fins de dominação e opressão, ocorrendo juntamente à passividade e ao silêncio dos sujeitos. Santos (2002) define violência enquanto um dispositivo de poder, o qual a relação se dá mediante a força e a coerção, resultando em um dano social. Ainda, Filho (2001) faz referência à violência como organizadora das “relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão”, instituindo-se como um único paradigma.

De acordo com esse autor, há, em nosso momento histórico, as violências denominadas clássicas, as quais abarcam ações de barbárie e monstruosidade. Relaciona-se com as formas totalitárias de dominação, tais como a inquisição, guerras religiosas e o fascismo, caracterizado, essencialmente, pela ascensão ao poder ou sua usurpação (Filho, 2001).

Entretanto, o autor evidencia um caráter de “transparência” à violência, qualificando-a como “violência exposta” e, neste sentido, publicitária. Transpondo para a atualidade, a violência clássica se manifesta, não centralizada no Estado, mas disseminada nas microssociedades. Pode-se citar alguns exemplos, como grupos armados ou organizações

terroristas. A semelhança entre estes grupos é a existência de ideais que justificam as ações violentas, muitas vezes ligadas a ideias familiares, sociais, religiosas ou políticas (Filho, 2001).

Contudo, a violência clássica não é a única categoria que Filho (2001) apresenta. Em sua visão, a forma mais contemporânea de violência é denominada de: violência fundadora, conceito discutido por Girard (1988) que consiste em uma nova forma totalitária de poder. Nesta perspectiva, a sociedade estaria construída a partir de uma violência fundadora, que origina as demais violências. Neste sentido, compreende-se que a importância de se aprofundar nesta violência fundadora, pois ela produz tanto situações de violências expostas quanto ações de violências secundárias, que permeiam as relações e interações no cotidiano entre os sujeitos.

No Brasil, a violência fundadora está diretamente associada com a herança histórica da cultura da violência de uma sociedade escravocrata, trazida e instaurada pelos colonizadores, destacando as práticas perversas em um cenário marcado pelas desigualdades produzidas pelo capitalismo (Filho, 2001). Salienta-se a vinculação destas violências estruturais ao patriarcado. Deste modo, sendo a sociedade permeada por relações violentas, esta vai se revelando enquanto uma linguagem que “não aparece somente em conflitos, mas também pode levar a emergência de alteridades, denunciando a existência de formas culturais diversas” (Hayeck, 2009, p. 4).

1.2 A violência de gênero e a violência contra mulher

Dentre os amplos e complexos processos de violências dados em sociedade, destacamos na presente pesquisa a violência de gênero, mas, mais especificamente, a violência contra mulher.

A expressão “violência contra mulher” pode ter diversos usos semânticos, porém há sentidos similares em distintas terminologias, como: violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero.

O cenário histórico do termo “violência contra mulher” tem início no final dos anos 1970 e difundiu-se rapidamente em razão das mobilizações de grupos feministas que protestavam contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, que resultaram ser, a maior parte das vezes, os próprios maridos, absolvidos em nome “da defesa e da honra”. Nos anos 1980, as mobilizações também denunciavam maus-tratos e abusos físicos, formas também comuns de violência contra mulheres (Araújo, 2008).

Com o desenvolvimento dos estudos de gênero, entre os anos 1980 e 1990, alguns autores passam a utilizar “violência de gênero” enquanto uma categoria analítica mais ampla que abrange não somente a violência contra mulher, mas a violência contra um sujeito devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. Desse modo, compreende-se que a violência de gênero relaciona-se às crenças sobre papéis sociais decorrentes do gênero e que a violência contra mulher é uma das principais formas de violência de gênero (Araújo, 2008). Neste sentido, compreendendo a amplitude do conceito, esta pesquisa foca mais especificamente na violência contra mulher, abarcando as construções sociais relacionadas à categoria e todas as pessoas que se compreendem como mulheres.

De acordo com Saffioti (2004), o sistema patriarcal, que se sustenta em uma economia domesticamente organizada, garante aos sujeitos o meio necessário de produção e reprodução de vida. Neste regime, os homens detêm o poder sobre os corpos, as ações e comportamentos das categorias minoritárias, recebendo permissão ou, ao menos, tolerância da sociedade para punir o que compreendem que foge à norma, com o auxílio da violência.

Pode-se entender, portanto, que, em relação a esse tipo de violência, há a dominação do homem e submissão ou exploração da mulher, enquanto construções sociais. Neste esquema de dominação-exploração, a dominação, por si própria, já constitui uma violência simbólica (Saffioti, 2001).

O patriarcado estabelece-se como um pacto masculino que assegura a opressão de mulheres, reduzindo-as à objetos para a satisfação sexual e reprodutoras de sua prole e de força de trabalho. Nesta direção, o sistema patriarcal é a expressão do poder político, uma vez que institui o direito político e sexual de homens sobre mulheres, possibilitando a eles acesso sistemático a seus corpos (Saffioti, 2004).

A ordem patriarcal produz violências tanto na relação entre os sexos como na interação do sujeito com a sociedade, já que este se prende às determinações estabelecidas pelo seu gênero e se utiliza deste aspecto para construção de suas relações sociais e identitárias. A percepção que as mulheres possuem de si mesmas é resultado do processo de inserção de seus papéis na estrutura social. Não é apenas o que as mulheres incorporaram em seu inconsciente, mas sim suas vivências concretas em suas relações com o masculino (Saffioti, 2004).

Ainda, segundo Nascimento (2018), as pesquisas sobre a violência evidenciaram que ela se camufla na forma de “cuidado” e “proteção”, aliado a um comportamento controlador do agressor, o qual é naturalizado. Essas relações de poder entre homens e mulheres apresenta impactos em todas as dimensões da vida, sendo difícil elas associarem a violência

com outras interseccionalidades de seu cotidiano, tais como etnia, classe, gênero. Estes marcadores sociais da diferença são relevantes para analisar as violências, pois acarretam um aumento da vulnerabilidade social para estas mulheres.

1.3 O cenário brasileiro da violência contra mulher

No Brasil, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na edição de 2023, 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais relataram já terem sofrido violência física e/ou sexual por parte de parceiros íntimos ou ex parceiros. As principais formas de violência perpetradas por eles foram: violência psicológica (32,6%), física (24,5%) e sexual (21,1%). Além disso, outras formas de violência foram: o isolamento da família e amigos (12,9%) e o acesso negado a direitos básicos, como assistência médica e recursos financeiros (9,8%) (Brasil, 2023).

Em relação às interseccionalidades, os dados revelam que 65,6% das mulheres em situação de violência eram negras, 29% eram brancas, 3% eram indígenas e 2,3% eram amarelas. Ademais, 57,4% delas tinham filhos e mais de 50% das agressões ocorreram no ambiente domiciliar. Nota-se também que os estudos realizados apresentam um aumento de todas as formas de violência, comparando os anos de 2021, quando ainda estávamos no contexto da pandemia de COVID-19, e o ano atual. Para exemplificar, no ano anterior à pandemia, o assédio atingia 37,1% das mulheres. Em 2021, esse percentual aumentou para 37,9% e, em 2023, 46,7% das mulheres declararam ter sofrido algum tipo de assédio (Brasil, 2023).

No que tange aos principais mecanismos de enfrentamento da violência, mais de 67% das mulheres consideram importantes: a punição severa contra quem pratica a violência doméstica; o diálogo com algum profissional, especialmente da saúde mental; a oferta de serviços legais que orientem as mulheres; a ampliação e divulgação de campanhas de conscientização e denúncia de situações de violência; e, por fim, a garantia de acesso às necessidades básicas para mulheres em situação de violência (Brasil, 2023).

Acerca das políticas públicas para as mulheres, no cenário atual, temos a Política Nacional para as Mulheres, orientada pelos princípios do Plano Nacional de Políticas para as mulheres, que foi criado em 2004 e sua última atualização foi em 2013. Os princípios ressaltados em 2004 envolvem a igualdade e respeito à diversidade, a equidade, a autonomia das mulheres, a laicidade do Estado, a universalidade das políticas, a justiça social, a transparência dos atos públicos, a participação e o controle social (Brasil, 2004).

Em 2013, as ações foram ampliadas para outros aspectos, destacando, dentre outros, a igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; a educação para igualdade e cidadania; a saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; e o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Segundo o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, alguns serviços compõem a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência, tais como: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Casas Abrigo, Defensorias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Ouvidorias, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), Serviços de Saúde, Polícia Civil e Militar e Instituto Médico Legal (Brasil, 2004).

Destaca-se, ainda, a criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que consiste em uma central telefônica que recebe denúncias de violência, orienta e encaminha as mulheres em situação de violência para os demais serviços (Brasil, 2004, 2015).

No campo jurídico, enfatizamos duas leis importantes para o enfrentamento da violência contra a mulher: a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, e a Lei 13.104/15, denominada Lei do Feminicídio, promulgada em 2015.

A Lei Maria da Penha, que foi um marco para as políticas de enfrentamento da violência, ganhou este nome em referência à experiência de violência sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes que lutou durante vinte anos na Justiça brasileira para ver seu agressor julgado, condenado e preso. A lei, que foi escrita a partir de princípios da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, caracteriza a violência doméstica contra a mulher como qualquer ação, omissão ou conduta violenta, incluindo ameaças, coerção ou privação de liberdade, tanto na vida pública como na vida privada, que possa provocar sofrimento psíquico, lesões e/ou danos físicos, sexuais, morais ou patrimoniais para a mulher, fundamentado nas relações de gênero (Brasil, 2006; Bigliardi, 2016).

Já a Lei do Feminicídio altera o Código Penal de 1940, prevendo o feminicídio como um homicídio qualificado por razão da condição de sexo feminino da vítima e inclui este crime no rol dos crimes hediondos (Brasil, 2015).

1.4 A violência contra mulher e a terapia ocupacional: como temos atuado diante dessa realidade?

A partir do exposto, podemos considerar que terapeutas ocupacionais, por se dedicarem ao cotidiano das pessoas que acompanham, atuam diretamente nas diversas formas de violências, nos diferentes contextos em que estas se apresentam, seja nos espaços de saúde, no ambiente escolar, ou nos serviços de assistência social. O terapeuta ocupacional se apresenta como um profissional qualificado, uma vez que possui o objetivo de promover o envolvimento do sujeito em suas atividades por meio da sua participação em diversos contextos (Côrtes, 2011).

Destacando as atuações no âmbito da Terapia Ocupacional Social, considera-se que as esferas da cidadania e dos direitos sociais devem se fazer presentes nas ações profissionais, a fim de aproximar-se e compreender as realidades vividas por pessoas marginalizadas pela sociedade (Lopes, 2023), incluindo muitas mulheres que possuem seus direitos violados pelas múltiplas violências relacionais e estruturais.

As ações dos terapeutas ocupacionais podem estar direcionadas ao reconhecimento, à compreensão e à ressignificação do cotidiano e seus conflitos e para o fortalecimento da trama social, possibilitando a melhor articulação e vínculo das redes sociais de suporte (Galheigo, 2003 *apud* Côrtes, 2011). Ainda, de acordo com Chagas et al (2015, p. 40), o terapeuta ocupacional é capaz de oferecer “espaços individuais e grupais de escuta e acolhimento, com atenção especial às situações de violência vivenciadas”.

Em um levantamento preliminar, identificou-se em periódicos nacionais, a presença de artigos que discutem, sob diferentes perspectivas e abordagens, a violência em interface com a terapia ocupacional. Os conteúdos desses materiais se relacionam com a seguridade social, atenção básica em saúde e atividades cotidianas associadas a mulheres que se encontram em situação de violência (Braga et al.,2020; Bittencourt et al., 2015; Díaz et al., 2021; Farias et al., 2022; Quadros et al., 2017; Oliveira; Ferigato, 2019; Cardoso; Silva; Ribeiro, 2022).

Embora as discussões sobre a violência contra mulher no campo da terapia ocupacional estejam presentes tanto no discurso como nas práticas, não há publicações acadêmicas que permitam delinear um panorama acerca do que já foi produzido, possibilitando, assim, a compreensão sobre como tem sido o trabalho da categoria profissional no acompanhamento e/ou superação das situações de violência. Tomando como base esta lacuna, o objetivo desta pesquisa é identificar e analisar as produções nacionais e internacionais da literatura acerca da temática da violência contra a mulher e terapia ocupacional.

2. OBJETIVOS

Realizar uma revisão de escopo na literatura nacional e internacional, buscando identificar, sistematizar e analisar a produção científica acerca da temática da violência contra a mulher e terapia ocupacional, descrevendo as possibilidades de contribuição profissional no acompanhamento às mulheres em situação de violência.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de escopo da literatura, correlacionando a violência contra mulher e a Terapia Ocupacional. Esta metodologia tem por objetivo mapear os conceitos que subsidiam um determinado campo de pesquisa, bem como identificar as principais fontes e os tipos de evidências disponíveis, particularmente em áreas complexas que ainda não foram amplamente analisadas. Em outras palavras, esta metodologia é adotada para reconhecer as lacunas de pesquisa na literatura existente (Arksey, Malley, 2005). De forma complementar, elaborou-se um instrumento inspirado no modelo so *The Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) extension for scoping reviews (PRISMAScR) a fim de sistematizar as informações coletadas (Moher et al., 2009; Tricco et al., 2018)¹.

Sustentada pelos parâmetros apresentados por Arksey e O'Malley (2005), a presente revisão foi composta por cinco etapas, a saber: 1) Identificação da pergunta de pesquisa; 2) Identificação de estudos relevantes; 3) Seleção dos estudos; 4) Mapeamento dos dados; 5) Síntese dos dados. A seguir, apresenta-se o detalhamento das etapas desenvolvidas para o estudo:

1) Identificação das perguntas de pesquisa

As perguntas de pesquisa que conduziram este estudo foram: O que foi produzido na literatura sobre violência contra mulher na interface com a terapia ocupacional? Quais as possibilidades de contribuição de terapeutas ocupacionais no acompanhamento às mulheres em situação de violência?

¹ O protocolo da presente pesquisa foi cadastrado na plataforma Open Science Framework (OSF), com o seguinte Idetificador de Objeto Digital: DOI 10.17605/OSF.IO/D7T2A.

2) Identificação dos estudos relevantes: procedimentos de coleta de dados

Inicialmente, entre os meses de outubro e novembro do ano de 2023, foi realizado o levantamento de produções publicadas em três bases de dados, a saber: Web of Science, Scopus e a biblioteca eletrônica SciELO. Embora essas bases indexem parte dos periódicos da área de terapia ocupacional, complementamos a busca por meio da coleta e análise de publicações em revistas nacionais ativas, como os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, Revista de Terapia Ocupacional da USP e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional.

Os descritores utilizados para o levantamento foram: “terapia ocupacional” relacionado com os termos: “violência de gênero” e “violência contra mulher”, “violência doméstica” e “violência entre parceiros íntimos” (nos idiomas português, inglês e espanhol).

Os critérios de inclusão para esta revisão foram: textos publicados nos últimos dez anos (2014 a 2023), disponíveis em português, inglês ou espanhol, e acessíveis por meio da Biblioteca Comunitária da UFSCar, associada à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Foram excluídos textos que não relacionavam a Terapia Ocupacional à violência contra a mulher, textos que não estavam disponíveis nos idiomas mencionados e artigos sem acesso livre pela universidade.

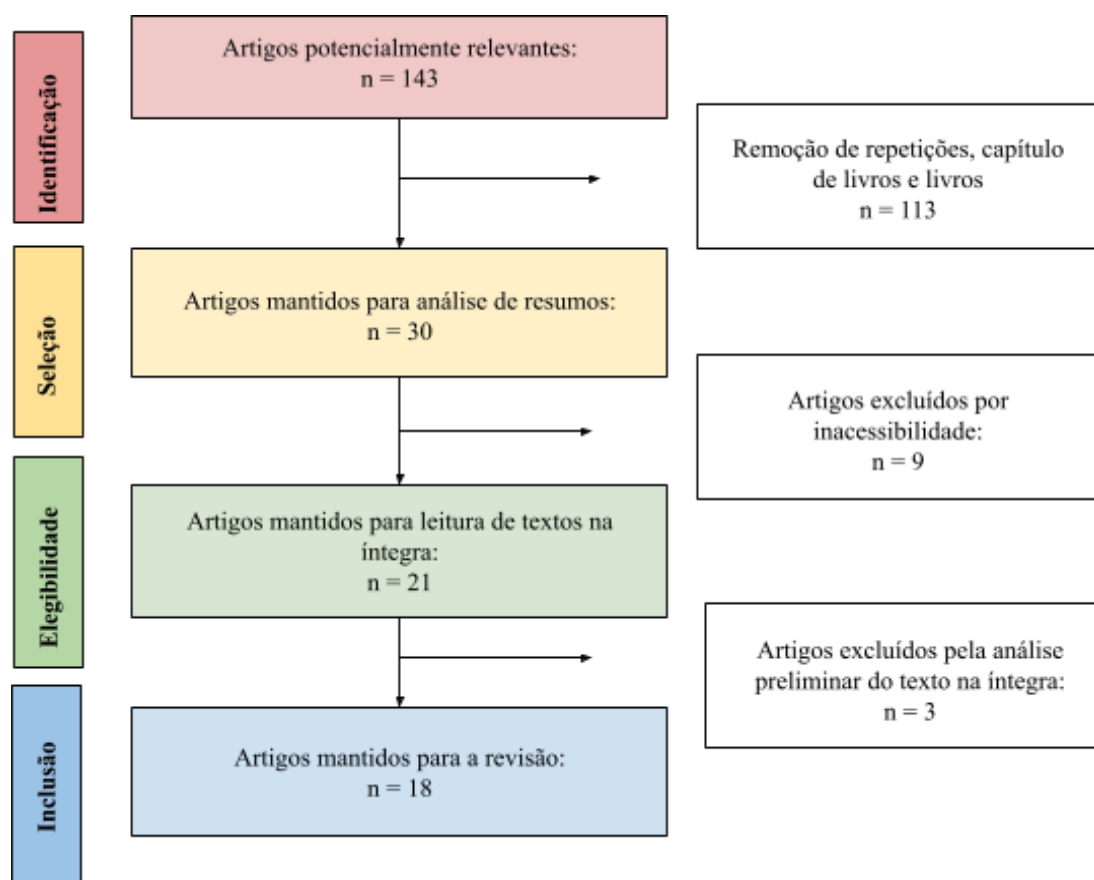
Os resultados provenientes de uma primeira seleção foram organizados em uma planilha no programa *Planilhas Google*® com a descrição dos trabalhos identificados por título, autores, resumo, palavras-chave, periódico e ano de publicação.

3) Seleção de estudos

A planilha elaborada orientou a seleção de estudos relevantes que respondessem às perguntas de pesquisa. A seleção dos artigos ocorreu mediante leitura dos resumos e exclusão das duplicatas, resultando, ao final, em 21 artigos para leitura na íntegra, dos quais 18 foram incluídos nesta revisão.

Buscando qualificar a busca, procedeu-se à consultoria de uma bibliotecária da Biblioteca Comunitária da UFSCar, para a validação do levantamento realizado e busca de textos nos quais a universidade possuísse acesso via CAFe. A Figura 1 representa os procedimentos executados para a seleção dos artigos.

Figura 1 - Procedimento para a seleção dos artigos, pautado no modelo PRISMA.

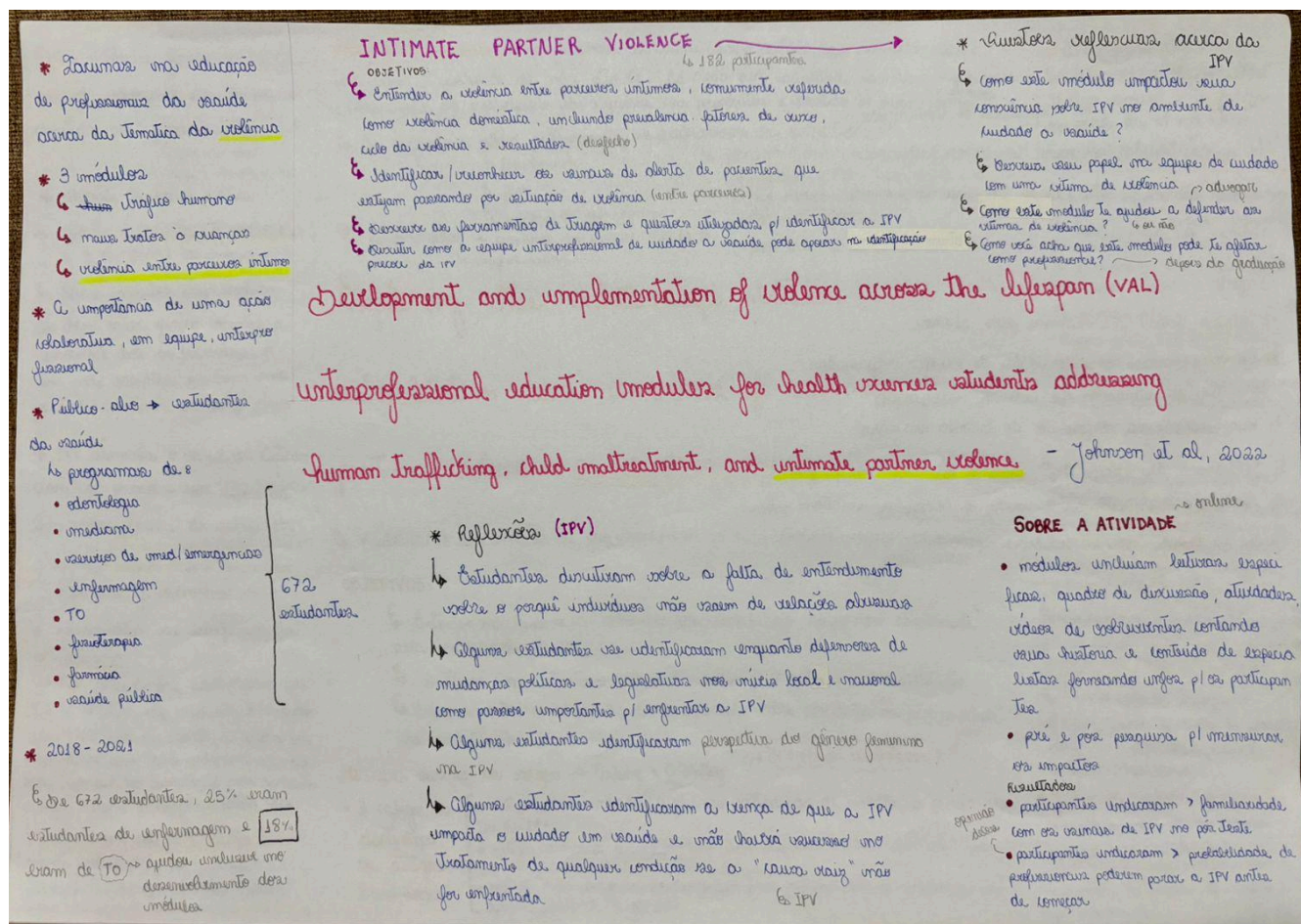


(Fonte: Elaboração própria).

4 e 5) Mapeamento e síntese dos dados

Os textos selecionados foram lidos integralmente para elaboração de sínteses dos conteúdos abordados e análise posterior. Com intuito de facilitar a sistematização e aprofundar a compreensão da temática, foram elaborados mapas mentais de cada texto selecionado. Além disso, foi utilizado o instrumento mencionado anteriormente para coletar as principais informações das produções. A seguir é apresentado um exemplo de mapa. Para acesso a todos os mapas com mais detalhes, ver Apêndice A.

Figura 2 - Exemplo de mapa mental



(Fonte: elaboração própria)

Na sequência, caracterizamos as produções por meio de tabelas e gráficos, o que nos permitiu representar o cenário de produções acadêmicas na área, bem como os objetivos e contextos de prática de cada produção.

A partir da análise dos textos selecionados, foram elaboradas três categorias temáticas, para realizar o aprofundamento do conteúdo e discussão. Foram elas: *Identificando os tipos de violência contra mulher em produções da Terapia Ocupacional; Mulheres e suas singularidades no cuidado em Terapia Ocupacional no âmbito da violência; Enfrentando a violência contra mulher e o cuidado em Terapia Ocupacional: bases conceituais e intervenções identificadas.*

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A totalidade dos artigos identificados é oriunda das Américas do Sul (8) e do Norte (10) (Quadro 1), e as produções estão em idioma português (4), espanhol (3) e inglês (11).

Quadro 1 – Caracterização dos textos que integram a revisão de acordo com país de origem

País	nº de artigos	%	nº total de artigos	% total
Canadá	2	11,1	10	55,5
EUA	8	44,4		
Brasil	5	27,8	8	44,4
Chile	3	16,7		

(Fonte: Elaboração própria).

Os anos de publicação, considerando o recorte dos critérios de inclusão, variou de 2014 a 2023, da seguinte forma: 2014 - 2 textos; 2016 - 1 texto; 2017 - 1 texto; 2019 - 2 textos; 2020 - 1 texto; 2021 - 1 texto; 2022 - 6 textos; 2023 - 4 textos (Quadro 2).

Sobre a natureza das pesquisas encontradas, grande parte tem como característica ter sido composta por fonte de informações resultante de pesquisa de campo (11), utilizando para coleta: questionários, entrevistas e pesquisas participantes. Além destas, verificaram-se trabalhos utilizando dados secundários, como pesquisas documentais (3) e revisão de literatura (1) e de ensaios (3) (Quadro 2).

Quadro 2 - Artigos que compõe a revisão por título, autores, ano, país, objetivo, fonte de informação, amostra e síntese metodológica²

	Título	Autores, ano e país	Objetivo	Características sobre a fonte de informação	Amostra	Síntese do procedimento metodológico
1	Development and implementation of violence across the lifespan (VAL) interprofessional education modules for health sciences students addressing human trafficking, child maltreatment, and intimate partner violence	Johnson et al. (2022), Estados Unidos da América (EUA)	O objetivo de cada módulo inclui resultados profissionais e educacionais. No caso do módulo específico de violência entre parceiros íntimos, o principal objetivo foi compreender a violência entre parceiros íntimos, incluindo prevalência, fatores de risco, ciclo da violência, sinais de alerta, ferramentas de triagem e o papel da equipe neste processo.	Pesquisa de campo Prático	675 estudantes da área da saúde	Elaboração e aplicação de módulos de atividades sobre diferentes tipos de violência, incluindo a violência entre parceiros íntimos
2	Exploring the Relationships Between Rehabilitation and Survivors of Intimate Partner Violence: A Scoping Review	Toccalino et al. (2023), Canadá	Entender os tipos e os contextos da reabilitação disponíveis atualmente para sobreviventes de IPV; Identificar, na literatura, as oportunidades para o cuidado na reabilitação; Entender sobre a conscientização e educação sobre IPV dentre os profissionais da reabilitação	Revisão de literatura Teórico	44 artigos	Revisão e sistematização de 44 artigos
3	Exploring Women's Expectations of Recovery From Intimate Partner Violence: A Phenomenological Study	Humbert et al. (2014), EUA	Explorar como mulheres que vivenciaram a IPV antecipam seu processo de recuperação e percebem suas obstruções/desafios nesse processo;	Pesquisa de campo Prático	8 mulheres do abrigo de mulheres	Entrevistas com 8 mulheres pedindo para desenhar dois rios (modelo Kawa): um sobre seu presente e um sobre seu futuro, relacionado com seu processo de recuperação
4	Hand therapists' attitudes, environmental supports, and self-efficacy regarding intimate partner violence in their practice	Sivagurunathan et al. (2019), Canadá	Descrever as atitudes e crenças dos terapeutas de mão sobre a violência entre parceiros íntimos	Pesquisa de campo Prático	189 terapeutas de mão do Canadá e dos EUA	Questionário com 27 itens e 7 domínios com 189 terapeutas de mão

² A partir deste quadro, a menção de referência dos artigos no texto será realizada de acordo com a ordem de numeração da tabela.

5	Intimate Partner Violence Knowledge and Preparation: Perspective of Health Care Profession Students	Hughes et al. (2022), EUA	Examinar se as atitudes, o conhecimento percebido e a preparação percebida acerca da violência entre parceiros são diferentes entre as profissões da saúde nas quais os alunos estão matriculados	Pesquisa de campo Prático	Estudantes que estão matriculados nos programas das áreas de Fisioterapia/TO Enfermagem e Medicina	3 Questionários aplicados em estudantes da fisioterapia e da TO sobre as atitudes e conhecimento percebido sobre violência entre parceiros íntimos
6	Occupational Deprivation Among Female Survivors of Intimate Partner Violence Who Have Physical Disabilities	Ballan, Freyer (2020), EUA	Analisar o impacto da privação ocupacional em sobreviventes de IPV com deficiência	Pesquisa de campo Prático	25 mulheres com deficiência que recebem cuidados de uma agência de violência doméstica	Entrevistas aprofundadas com as participantes envolvendo experiência do abuso, uso de estratégias de autoproteção, necessidade de serviços de apoio e o impacto da deficiência
7	Occupational Functioning among Intimate Partner Violence Survivors with Disabilities: A Retrospective Analysis	Ballan et al. (2022), EUA	Facilitar uma melhor compreensão da relação entre a violência entre parceiros íntimos e o funcionamento ocupacional entre sobreviventes com deficiência	Pesquisa Documental Teórico	205 registros de um abrigo voltado para violência doméstica focada em deficiência, localizado em uma metrópole dos EUA.	Análise de registros de um abrigo de mulheres, estabelecendo relações entre marcadores demográfico, deficiência, medidas de funcionamento e característica do abuso
8	Occupational Needs and Goals of Survivors of Domestic Violence	Javaherian-Dysinger et al. (2016), EUA	Identificar as necessidades e metas ocupacionais de mulheres que residem em abrigos de violência doméstica e as mudanças auto percebidas na satisfação e desempenho ocupacional	Pesquisa Documental Teórico	68 avaliações de terapia ocupacional de dois abrigos de violência doméstica. Avaliações de pré e post teste (n = 25)	Análise de avaliações identificando áreas de dificuldades e metas (AIVD, trabalho e participação social)
9	Occupational therapy services for individuals who have experienced domestic violence	Javaherian-Dysinger; Underwood (2017), EUA	Definir o papel da TO e o leque de serviços disponíveis para sobreviventes e famílias que vivenciaram a violência doméstica	Ensaio Teórico - documento utilizado pela AOTA	Não se aplica	Não se aplica

10	Occupational therapy's role with victims of domestic violence: Assessment and intervention	Helfrich; Aviles (2014), EUA	Apresentar argumentos teóricos do porquê a TO deve escolher se envolver no cuidado da violência doméstica	Ensaio Teórico	Não se aplica	Não se aplica
11	Social inequalities portrayed in the occupational experiences of girls ahead of incarceration in Brazil	Tironi et al. (2023), Brasil	Compreender o cotidiano das jovens meninas brasileiras antes do encarceramento baseado nas experiências ocupacionais e esclarecer como essas ocupações expressam as profundas desigualdades sociais que marcam suas trajetórias	Pesquisa de Campo Prático	12 meninas entre 15-19 anos sob cárcere	Entrevistas com as meninas. 3 temas: fragilidade do vínculo educacional; trabalho infantil, exploração sexual e subemprego; e oportunidade de lazer no cotidiano
12	“Me echaron de mi casa, empecé a trabajar en la calle”: interseccionalidad y apartheid ocupacional en el trabajo sexual. Un estudio de caso	Franco et al. (2023), Chile	Analisar a história de vida de uma mulher trans que atua no trabalho sexual, a partir de uma análise interseccional e ocupacional	Pesquisa de Campo Prático - estudo qualitativo - entrevista	1 mulher trans que atua no trabalho sexual	Entrevistas focadas na narrativa ocupacional, envolvendo apartheid ocupacional, interseccionalidade e trabalho sexual
13	Reflexiones desde las Terapias Ocupacionales desde el Sur: violencia estructural, derechos humanos y género en procesos de acompañamiento de mujeres durante el embarazo y maternaje	Díaz et al. (2021), Chile	Avançar em algumas reflexões a partir deste relato de experiência de pesquisa em andamento, enfocando as formas de acompanhamento que a equipe de terapeutas ocupacionais realiza nesse programa.	Ensaio Teórico	Reflexões de uma pesquisa em curso, envolvendo 9 entrevistas grupais por enquanto	Não se aplica
14	“Yo fui violentada adentro, estando en un lugar que me tenían que cuidar”: Experiencias de opresión y violencias en contextos de salud hacia mujeres con discapacidad y abordajes desde la terapia ocupacional feminista	Yupanqui-Concha et al. (2022), Chile	Caracterizar práticas de violência contra mulheres com deficiências em contextos de saúde e caracterizar experiências de reivindicações de direitos humanos deste grupo de mulheres no Chile, a partir das vozes de ativistas e terapeutas ocupacionais profissionais.	Pesquisa Documental Teórico - análise de dados secundária - abordagem qualitativa de um estudo de caso coletivo	Dados de entrevistas de 8 mulheres	Análise secundária de dados

15	A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde	Oliveira; Ferigato (2019), Brasil	Identificar e analisar práticas e tecnologias de intervenção terapêuticas ocupacionais na atenção às mulheres vítimas de violência e explorar como essas tecnologias podem vir a contribuir para o enfrentamento das situações de violência doméstica no contexto da ABS a partir da perspectiva de TOs atuantes	Pesquisa de Campo Prático	4 terapeutas ocupacionais entre 30-54 anos	Pesquisa participante. 3 eixos: caracterização das participantes, dados territoriais e das ações em equipe na visão das TOs e práticas de cuidado da TO junto às mulheres vítimas de violência
16	Expressões da violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano	Farias et al. (2022), Brasil	Compreender as percepções de terapeutas ocupacionais, atuantes do campo da saúde, sobre violências de gênero em seus cotidianos	Pesquisa de Campo Prática	Análise de 67 respostas de terapeutas ocupacionais	Questionário online, envolvendo dados socioeconômicos, atuação profissional e experiências envolvendo machismos e violência e ações de enfrentamento
17	Projetar a vida sendo menina: contribuições da terapia ocupacional social	Oliveira; Pan (2023), Brasil	Conhecer as dimensões da vida das meninas/mulheres estudantes do ensino médio de uma escola pública que influenciam a projeção de suas vidas e compreender como a terapia ocupacional social pode contribuir na construção destes projetos	Pesquisa de Campo Prático	Meninas estudantes do ensino médio de uma escola pública (PEI)	Pesquisa participante construída no “Clube das Meninas” com as temáticas: como é ser menina/mulher, cotidiano e trabalho invisível, relacionamentos afetivos e sexuais, redes sociais de suporte e projetos de vida
18	Reflexões sobre as redes sociais de suporte de mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo: considerações sobre a percepção do corpo e da sexualidade das mulheres	Ribeiro; Souza (2022), Brasil	Compreender a influência das redes sociais de apoio junto às mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo na percepção de si, do seu corpo e sexualidade	Pesquisa de Campo Prático	5 mulheres entre 20-30 anos que sofreram violências perpetradas por parceiro íntimo	Entrevistas envolvendo a culpabilização pela violência, as marcas da violência sobre os corpos e sexualidade das mulheres e o papel das redes sociais e de suporte para superação ou não da violência

(Fonte: Elaboração própria).

Para apresentar e discutir os conteúdos dos textos, serão apresentadas as três categorias temáticas elaboradas para sintetizar e analisar os achados.

4.1 Identificando os tipos de violência contra mulher em produções da Terapia Ocupacional

De maneira geral, a principal forma de violência encontrada nos textos foi a violência doméstica, mais especificamente, a violência entre parceiros íntimos, fenômeno global, complexo, multifacetado e multifatorial e com sérias implicações para a saúde, que, em síntese, é definida como a ocorrência ou ameaça de violência física, sexual, psicológica, emocional e patrimonial entre parceiros antigos ou atuais (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18).

A violência entre parceiros íntimos é compreendida enquanto um subtipo da violência doméstica, que, por sua vez, se constitui enquanto um padrão de abuso que envolve poder e controle por meio de intimidação, ameaça, assédio ou comportamento prejudicial, e pode ser relacionado com a desigualdade de gênero, histórico de violência, aspectos culturais e/ou falta de acesso e recursos (7, 10).

A principal tipologia de violência identificada nos artigos, de modo geral, é referente à violência física, o que corrobora com os dados da literatura, em especial, o atlas da violência mais recente de 2024, que nos permite visualizar dados sobre as distintas violências, incluindo a violência contra a mulher. Nesse sentido, a violência mais prevalente dos 15 aos 69 anos de mulheres é a física (Cerqueira, 2024).

Uma análise possível sobre este fato, no que diz respeito aos textos advindos da América do Norte, é o fato de tais produções tratarem, em sua maior parte, sobre reabilitação física e, deste modo, a violência pode ter sido a causadora de alguma lesão, levando a sobrevivente a buscar ajuda de profissionais da Terapia Ocupacional. Outra possível reflexão é mais relacionada a aspectos macrosociais que nos atravessam enquanto uma sociedade patriarcal, que culpabiliza as vítimas de violência física/sexual e minimiza, negligencia e justifica outros tipos de violência, como a psicológica, simbólica e patrimonial. Nessa direção, as violências podem fazer parte do nosso cotidiano e, a partir disso, transforma-se em um fenômeno banalizado, que apenas tornando-se físico e visível é atribuível aspecto de maior gravidade e processada enquanto violência.

Ainda, identificou-se que, modo geral, os tipos de violência se entrelaçam, ou seja, a violência física pode ser “a ponta do iceberg”, pois traz consigo os outros tipos de violência menos explícitas, como a psicológica (Coelho et al, 2014; Imprensa SMetal, 2021; Stevens et al., 2017). De acordo com a advogada Emanuela Barros para a Imprensa SMetal, “A violência psicológica é uma forma de agressão mais complexa e perversa e que não ocorre isolada das outras.” (Imprensa SMetal, 2021, s/p).

Figura 3 - Iceberg da violência de gênero



(Fonte: Coletivo não me Kahlo, citado por Stevens et al., 2017)

Uma parte dos artigos menciona os impactos negativos que a violência impõe no bem-estar físico, mental e emocional das mulheres, que repercutem nas diversas esferas da vida, tais como trabalho, participação social e em papéis de vida, autoestima, autocuidado, administração financeira, dentre outras. (2, 3, 8, 9, 10). Além disso, outras consequências descritas na literatura encontrada foram as lesões músculo esqueléticas e/ou cerebrais (2, 4, 5, 7, 8) podendo resultar em incapacidades, transtorno de estresse pós-traumático (3, 7, 8), depressão, ansiedade, constituindo o sofrimento psíquico, enxaquecas (7, 8, 15), aumento do índice de suicídio, abuso de álcool e drogas (13, 15), queixas vagas, e demandas associadas à saúde reprodutiva, como gravidez indesejada, Infecções Sexualmente Transmissíveis e dores pélvicas (15). Associada às situações abusivas, emoções também foram relatadas na literatura, tais como: desconfiança, amargura, solidão, alienação, ansiedade, tristeza, medo, vergonha, confusão (3) e culpa (18).

Em outra parte dos artigos, as violências narradas, apesar de não serem perpetradas por parceiro íntimo, são cometidas, na maior parte das vezes, por pessoas conhecidas ou

próximas, como outros familiares, pessoas do trabalho, como colegas e chefe, profissionais da saúde, dentre outros (11, 12, 13, 14, 16), nos revelando que a violência atravessa a vida das mulheres de forma estrutural e sistêmica, nos espaços públicos e privados, encarando sofrimento de todos os lados (16). De acordo com a Organização das Nações Unidas, em um relatório global sobre feminicídio, com dados de 2023, a cada 10 minutos uma menina ou mulher é morta pelo parceiro íntimo ou outro membro da família, que os são crimes podem e devem ser prevenidos, e a atenção para os diferentes tipos de violências é crucial para isso (ONU, 2024).

4.2 Mulheres e suas singularidades no cuidado em Terapia Ocupacional no âmbito da violência

A leitura dos artigos permitiu analisar com profundidade o público-alvo das produções e do cuidado em Terapia Ocupacional e, a partir disso, dividiram-se os textos em três eixos distintos e relacionados às fontes de informações, a saber: produções práticas junto a mulheres, a partir de estudos de campo com entrevistas, questionários e observação participantes; estudos teóricos estruturados em pesquisas documentais e de revisão de literatura; e, por fim, a estudos que englobam a perspectiva da formação, evidenciando os/as estudantes e profissionais de Terapia Ocupacional.

As produções abrangem mulheres (3, 11, 17, 18) e as especificidades de mulheres trans (12), e mulheres com deficiência (6). Agregado a isso, há textos que analisam dados sobre as distintas violências contra mulheres (8, 13, 7, 14) e, ainda, artigos que explicitam argumentos teóricos que podem fundamentar a prática (2, 9, 10).

Enquanto profissionais, é crucial compreender os principais desafios que mulheres que sofreram/sofrem violência enfrentam, tais como o orçamento, cuidado parental, gestão da casa, execução de atividades e manejo das emoções (9). Esses desafios constituem-se enquanto barreiras que podem atuar na manutenção ou enfrentamento da violência.

Nota-se que uma parte dos artigos aborda a dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência em relação às mulheres sem deficiência, uma vez que esta população está mais suscetível às violências e a permanecer em relacionamentos abusivos, seja porque o agressor é também seu principal cuidador, e/ou porque a mulher depende financeiramente do parceiro e tem mais barreiras para encontrar um trabalho, apresentando amplos desafios em seu cotidiano. Neste sentido, as mulheres com deficiência sofrem os impactos tanto dos abusos como da própria deficiência, que pode ou não ser um reflexo da própria violência. (2, 6, 7, 10).

Ressalta-se ainda as violências sofridas pelas mulheres trans. O artigo que discute essa questão apresenta, utilizando os referenciais da interseccionalidade, a história de uma mulher trans que desempenha o trabalho sexual como uma medida de subsistência, enfrentando as mais variadas formas de violência, especialmente estrutural, relacionada com sistemas de dominação e opressão, desencadeando as violências interpessoais, tais como familiares, entre pares, dentre outras (12). O conceito de interseccionalidade, discutido por Kimberlé Crenshaw, indica que a violência é agravada por diversos marcadores sociais, neste caso, pelo menos, por ser mulher e fazer parte da comunidade de Travestis ou Transexuais. Estes fatores, ainda, podem estar associados à raça e à classe, tornando essa população ainda mais vulnerável. Em um recorte de dados nacionais, destaca-se que no ano de 2023, houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinato e 10 casos de suicídio após situações de violência ou invisibilidade. A maioria das vítimas era jovem, negra e pobre (Agência Brasil, 2024).

Por fim, identificaram-se produções que consideram a compreensão dos estudantes e profissionais, incluindo a Terapia Ocupacional, acerca das situações de violência e evidenciam a importância da formação para reconhecer/identificar, em nosso amplo escopo de atuação, as mulheres vítimas de violência e fundamentar nossa prática em relação a essas situações (1, 4, 5, 15, 16). A formação consiste em um instrumento de conscientização e reflexão para “perceber a violência, agenciar o cuidado” e práticas de transformação (16, p. 10.). Nestes textos, é notável que tanto os estudantes como os profissionais relatam sentir essa lacuna na formação (1, 4, 5, 15, 16).

No caso dos estudantes, estes enfatizam a falta de informação, a importância da equipe multidisciplinar enquanto apoio no reconhecimento das situações de violência e identificam os espaços formativos como fundamentais para discussão das demandas e de como essas afetam sua identidade pessoal e profissional, em um diálogo rumo à conscientização (1, 5).

Já os profissionais revelam obstáculos para a investigação sobre a violência entre parceiros íntimos, tais como a educação inadequada nas questões de gênero, as incertezas sobre papéis e responsabilidades profissionais, o desconforto pessoal, a falta de tempo, falta de conhecimento e recursos territoriais, que desencadeia na dificuldade da articulação em rede (2, 4, 15) além das dificuldades para efetivação das políticas públicas (15).

4.3 Enfrentando a violência contra mulher e o cuidado em Terapia Ocupacional: bases conceituais e intervenções identificadas

A partir do delineamento acerca dos sujeitos alvo de cuidado, compreende-se que as intervenções construídas nos textos refletem duas principais populações: as mulheres que passaram ou passam por situações de violência e os profissionais, incluindo terapeutas ocupacionais, que cuidam e acolhem essas demandas. Aqui, observa-se que a construção das intervenções se relaciona ao modo de compreender a violência e seus impactos, isto é, a forma com que cada grupo de autores/as, pesquisadores e profissionais compreende a violência influencia na construção de estratégias de enfrentamento. Neste sentido, ora as lentes e ações dos artigos revisados se aproximam, ora se diferenciam.

A leitura na íntegra dos artigos incluídos nesta revisão permitiu identificar diferenças nas formas de abordagem da violência contra mulher (em termos de linguagem, contextos, fundamentação teórico-metodológica e tipos de estudo) entre os países, refletindo processos socioculturais, de constituição da profissionalização de terapeutas ocupacionais no que se refere às práticas e as pesquisas na área. Arrisca-se a apontar que, observando as diferenças, há mais semelhanças entre os textos oriundos da América do Norte em contraposição aos de países da América do Sul. As produções de países do norte global (EUA e Canadá), identificadas nesta revisão, revelam perspectivas voltadas, especialmente, para os contextos de ensino (1, 5), clínicos, de reabilitação (2, 4), e institucionais, especificamente espaços de acolhimento para mulheres (3, 6, 7 e 8). As perspectivas encontradas para atuação são principalmente voltadas para reabilitação, com um viés prioritariamente clínico, no trabalho realizado junto a equipes multiprofissionais, isto é, em conjunto com outras áreas, como, por exemplo, a Fisioterapia (1, 2, 4, 5, 7, 9 e 10).

Diante disto, nota-se que os termos utilizados nas produções estadunidense e canadense se sustentam em referenciais teóricos e metodológicos majoritariamente desenvolvidos naquela região. Observa-se o uso frequente de termos como: "satisfação e desempenho ocupacional" (8), "privação ocupacional" (6), "funcionamento ocupacional e intervenções focadas na ocupação" (7); todos eles relacionados à violência. Salienta-se a presença de modelos e medidas relacionados à Terapia Ocupacional, tais como o Modelo da Ocupação Humana (MOHO) (10), a Medida Canadense de Ocupação (COPM) (8) e o Modelo Kawa (3), o que evidenciou uma perspectiva protocolar do cuidado em Terapia Ocupacional, que, na maior parte dos artigos, volta-se para as estruturas físicas e/ou para os efeitos adversos que a violência promove.

Cabe ressaltar o termo *survivor* (tradução nossa para "sobrevivente"), palavra utilizada no inglês para representar indivíduos no processo de superar ou já superaram o abuso (9), aparecendo na maioria dos artigos na língua inglesa (1, 2, 6, 7, 8, 9 e 10).

Em contrapartida, as produções de países da América Latina (Brasil e Chile) se posicionam a partir de perspectivas coletivas, enfatizando aspectos sociais, culturais e de saúde em ótica comunitária. Desta forma, os referenciais teórico-metodológicos se centram especialmente em referenciais do campo social (11, 12, 13, 14), incluindo a Terapia Ocupacional Social (17), em referenciais da Saúde Mental (15, 16) e em conceitos que abrangem a corporalidade e sexualidade (18). Os termos presentes se relacionam aos direitos humanos e das mulheres, ao feminismo, às práticas emancipatórias, ao exercício da cidadania, ao cotidiano e à vivência da diversidade (11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18).

Colocando em evidência o termo cotidiano, de acordo com Galheigo (2020, p. 15), este elemento constitui-se no espaço-tempo no qual o sujeito “acessa oportunidades e recursos, enfrenta adversidades e limites, toma decisões, adota mecanismos de resistência e inventa novos modos de ser, estar, viver e fazer”. Deste modo, Galheigo (2020) discute sobre a construção sócio-histórica deste conceito, e nos revela seu caráter crítico, inspirada em autores como Agnes Heller e Henri Lefebvre, e relacionando o uso crítico do cotidiano às práticas emancipatórias no cuidado em Terapia Ocupacional no Brasil. A partir disso, compreende-se que, em nossa realidade, agir em conjunto no cotidiano de mulheres que experienciaram a violência é também promover práticas emancipatórias de forma consciente, pois é neste espaço que essas mulheres são capazes de se reinventarem e ressignificarem seus modos de existir.

Outra característica relevante é acerca dos cenários de prática das produções do sul global, que abrangem contextos de saúde dos diferentes níveis de complexidade, como a atenção básica, no Brasil, (15, 16) e hospitais, (13), contexto escolar (18), nas prisões femininas (11), dentre outros. Estes contextos também estão relacionados com a forma de pensar e produzir o cuidado em Terapia Ocupacional que, em conjunto com as particularidades históricas, políticas e sociais, constituem-se categorias críticas aos modelos hegemônicos, na luta pela emancipação e transformação social.

Dito isso, identifica-se uma multiplicidade de possibilidades na abordagem da violência por terapeutas ocupacionais. Neste ínterim, salienta-se que as produções do Brasil e do Chile estiveram mais próximas de uma compreensão da violência como um fenômeno transversal, estreitamente relacionado à organização social e relacionado às “manifestações de dominação e opressão”, que produz exclusão social e desigualdade (14).

Neste aspecto, esta diferenciação entre produções de países do Norte e do Sul global estão em consonância com os estudos de Córdoba e Malfitano (2023), que discutem sobre a distinção da Terapia Ocupacional teórica e prática. Neste estudo, nota-se a existência de uma

Terapia Ocupacional tradicional e convencional, que se originou em países norte-eurocêntricos e se disseminaram por todo o mundo e, deste modo, são detentores de poder e, pode se dizer, dominam a maior parte das práticas. Esta forma de fazer Terapia Ocupacional sustenta uma racionalidade que abrange a noção de natureza como elemento inquestionável inerente ao ser, a noção de indivíduo e uma análise reducionista. Nas lentes desta Terapia Ocupacional tradicional, somente é possível ser/fazer Terapia Ocupacional sob essa racionalidade naturalista, cartesiana, individual e funcionalista e, por isso, denomina-se este aspecto de ‘ser em si’.

Entretanto, há outros lugares possíveis para se refletir sobre novas formas de terapia ocupacional que emergem de outras ideias e fundamentos. Esta Terapia Ocupacional Outra está presente no Sul global e se sustenta em uma racionalidade pautada na decolonização, historicidade radical e humanismo. Neste sentido, é necessário uma perspectiva crítica à Terapia Ocupacional tradicional para que possa se fomentar e desenvolva uma prática de cuidado permeada por resistência, relações horizontais, noção de alteridade e comunidade, promovendo a esperança, justiça, dignidade, liberdade e a humanização (Córdoba & Malfitano, 2023).

Ainda nesta direção, utilizamos como exemplo um dos artigos da presente revisão, que nos convida a refletir sobre o posicionamento da Terapia Ocupacional frente às situações de injustiça social, defendendo uma “reconstrução ocupacional”, pautada em uma forma não tradicional de elaborar as práticas, partindo de perspectivas feministas e decoloniais. Neste artigo, as autoras também citam a importância de uma “consciência ocupacional” para reconhecer as práticas opressivas em pequenos atos do cotidiano e, a partir disso, ter a possibilidade de construir práticas transformadoras, apontando que esta ferramenta é um mecanismo poderoso para resistência e promoção do empoderamento. Por fim, esta produção destaca que os atos de resistência tem um “lugar no sul desde um local de reconhecimento e escuta atenta de saberes e práticas” (14)

Em complemento, salienta-se o posicionamento de Córdoba (2020), que, ao refletir sobre a justiça ocupacional, questiona o uso do termo “ocupacional”, apontando para a existência de uma tradução para linguagem técnica profissional, que pode servir como uma armadilha para reprodução de uma lógica mercadológica, advinda da Terapia Ocupacional do Norte/eurocêntrica. Assim, torna-se relevante fomentar a discussão sobre os termos utilizados para uma construção de práticas, de fato, transformadoras.

No que tange às intervenções, é importante destacar que terapeutas ocupacionais possuem competências técnicas de para responder a uma série de demandas de mulheres em

situação de violência, tendo em vista que esta categoria profissional pode produzir ações visando ampliar as possibilidades de proteção social.

Segundo os materiais identificados, essas ações técnicas envolvem: a construção de vínculos, a condução de entrevistas, atendimentos individuais, familiares ou grupais e a utilização de habilidades de comunicação para promover proteção social, saúde e bem-estar. Além disso, é primordial considerar os desejos, escolhas, necessidades, crenças e o contexto socioeconômico dessas mulheres (7, 10), bem como ter o conhecimento sobre os recursos disponíveis no território, sobre o sistema legal, sobre políticas públicas que envolvam o público que o profissional atua (8), e, ademais, é essencial conhecer e intervir nas fases do ciclo da violência (9).

Deste modo, as práticas profissionais, mencionadas nos textos e voltadas para as mulheres que passaram ou estão em situação de violência, abrangem: as denúncias dessas situações, a escuta qualificada e o acolhimento dessas demandas, avaliação dos prejuízos, a discussão sobre relações saudáveis e o cuidado nas *áreas de ocupação afetadas pela violência* (especificamente a dimensão do trabalho, da participação social, e da execução das atividades diárias), a promoção de ações que promovam habilidades físicas, cognitivas e sociais, a articulação em rede, o encaminhamento aos serviços disponíveis, e a construção de estratégias humanizadas de enfrentamento (9, 10, 15); ademais, o profissional também pode atuar em estratégias educacionais e auxiliar em programas e instituições, com vistas a transformar as práticas de tais espaços (7, 9).

Uma parte significativa dos artigos discute sobre a importância do fortalecimento e da articulação das redes de suporte, sejam elas formais ou informais (2, 7, 8, 13, 14, 15, 17, 18). Avelar e Malfitano (2022) apontam para a centralidade das redes em nossa profissão, que se pauta nos cotidianos e na (re)inserção social de pessoas ou grupos, que vivenciam muitas vezes a ruptura social. O fortalecimento dessas redes, por sua vez, permite a possibilidade de garantir maior autonomia e participação social destes grupos. Neste sentido, é necessário que o profissional tenha uma atuação fundamentada na garantia de direitos, no território e no respeito às singularidades do sujeito e na diversidade.

Verificaram-se exemplos de ações concretas de cuidado, tais como: desenvolver orçamento realista, apoiar no aprendizado de habilidades de cuidado parental, apoiar esforços para alcançar a educação superior (10) ou para outros projetos de vida (13, 17), ensinar técnicas de manejo de estresse e ansiedade (2, 9, 10); acompanhamento em saúde mental, visitas e acompanhamentos domiciliares e criação de redes (15).

Outras responsabilidades, no âmbito estrutural e atreladas ao papel profissional foram: identificar e prevenir práticas coloniais, como o racismo, abuso de poder e outras violências; tensionar instituições que reproduzem essas violências; se envolver com movimentos sociais, com vistas a uma Terapia Ocupacional comprometida com transformações sociais (14), pensar em estratégias para ressignificar a violência vivenciada (18),

Um dos artigos, buscando tecer uma síntese, aponta o que considera ser a essência das ações de cuidado em Terapia Ocupacional e enfrentamento da violência (16): a ação de formar e pesquisar, politizar, romper e cuidar (de si e do outro). É imprescindível não perder de vista que a Terapia Ocupacional busca alcançar com o outro maneiras de não se limitar à impossibilidade e, sim, de ampliar seus horizontes, resgatando e criando histórias e formas de ser no mundo por meio de atividades significativas para traçar “novos caminhos de continuidade entre passado, presente e futuro” (16, p. 14).

Rumo ao futuro, também foi abarcada a perspectiva de futuro das mulheres que sofreram violência e sua recuperação, demonstrando, mais uma vez, este elo entre passado, presente e futuro e a possibilidade de agir no aqui e agora. Neste artigo, os temas discutidos se referem a possibilidade de construção de vida melhor para si e para os filhos, a ideia de força e estabilidade, a autoestima e relação consigo mesma, a autossuficiência e a segurança de um futuro melhor (3).

Em alguns artigos, ainda é possível visualizar o debate sobre o papel técnico-ético-político da Terapia Ocupacional em relação às mulheres que sofreram/sofrem violência e a relação desta com o sistema hegemônico, patriarcal, que promove desigualdades e injustiças. Neste sentido, ressaltam a importância da análise crítica da prática dentro desses sistemas, com as lentes dos movimentos sociais, almejando a transformação social, emancipação e autonomia dos sujeitos (11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18).

Por fim, retomam-se as ações voltadas para os estudantes e profissionais, as quais se referem principalmente à formação na graduação e na educação continuada, além da construção de espaços de discussão sobre essa temática, como já discutido anteriormente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um fenômeno multifatorial e multifacetado que atravessa as relações humanas e, muitas vezes, é produzida e reproduzida pela sociedade. A violência contra mulher ressalta o gênero enquanto um marcador social da diferença, estabelecendo uma relação hierárquica entre homens e mulheres, na qual o homem detém o poder sobre os corpos das mulheres em um esquema de dominação-exploração. Neste contexto, a violência

doméstica e entre parceiros íntimos passa a ser objeto de estudo em diversas áreas, inclusive da Terapia Ocupacional.

A partir da busca e leitura dos textos encontrados acerca da relação entre violência e Terapia Ocupacional, pode-se notar as diferentes lentes culturais para compreender a violência e, conseqüentemente, para a construção de estratégias de cuidado. Além disso, destaca-se a identificação de múltiplas áreas da Terapia Ocupacional com possibilidades de intervenção, tais como a reabilitação física, a saúde mental e a terapia ocupacional social. Salienta-se que o cuidado não se restringe às mulheres, mas também à família (como os filhos, se houver) e aos profissionais e estudantes que demandam por formação na temática.

Embora a produção identificada seja consistente e relevante, considera-se, frente a dimensão desse problema social, em países como Brasil, a necessidade de mais visibilidade e investimento em termos de contribuições acadêmicas. Além disso, foi destacada a demanda por formação graduada e pós-graduada para que terapeutas ocupacionais possam atuar de forma qualificada com essa população. Por fim, a inserção em políticas públicas que se voltem para o enfrentamento da violência se faz essencial. Nesse sentido, observou-se uma lacuna de produções nacionais que relatem, por exemplo, as possibilidades de atuação da categoria no Sistema Único de Assistência Social, que possui uma estrutura relevante para a proteção à violação de direitos sociais.

Considerando o exposto, ressalta-se que há um ponto de convergência entre os artigos revisados: a ideia de que a Terapia Ocupacional pode e deve contribuir no enfrentamento e prevenção da violência. A possibilidade e a versatilidade da profissão convocam à produção de cuidado em conjunto com as mulheres nos mais diversos contextos. Assim, o comprometimento com essas mulheres deve fazer parte do cotidiano do trabalho e luta de terapeutas ocupacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado>>.

AMERICAN Occupational Therapy Association. Occupational Therapy Services for Individuals Who Have Experienced Domestic Violence. **American Journal of Occupational Therapy**, vol. 65, n. 6, p. 32-45, 2011.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**. v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

ARAÚJO, M. de F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>.

AVELAR, M. R; MALFITANO, A. P. S. Terapia ocupacional e redes intersetoriais: conceitos e experiências em debate. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 30, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/mPZYsht3SSvGqggSSKbKYby/>>.

BALLAN, M. S.; FREYER, M. Occupational Deprivation Among Female Survivors of Intimate Partner Violence Who Have Physical Disabilities. **The American Journal of Occupational Therapy**, vol. 74, n. 4, p. 1-7, 2020.

BALLAN, M.; FREYER, M.; ROMANELLI, M. Occupational Functioning among Intimate Partner Violence Survivors with Disabilities: A Retrospective Analysis. **Occupational Therapy In Health Care**, vol. 36, n. 4, p. 368-390, 2022.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29 n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/?format=pdf&lang=pt>>.

BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. IN STEVENS, C. et al., (Org.). Mulheres e violências: interseccionalidades. 1ed. Brasília: TECHNOPOLITIK, v. 1, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35386>>.

BERNASKI, J.; SOCHODOLAK, H. HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA E SOCIEDADE BRASILEIRA. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/24181/17068>>.

BIGLIARDI, A. M.; ANTUNES, M. C.; WANDERBROOCKE, A. C. N. S. O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - V. 36, no 91, p. 262-285, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v36n91/v36n91a03.pdf>>.

BITTENCOURT, A. M.; DE FIGUEIREDO, N. M. A.; FONSECA, T. S. B.; DE ALMEIDA, M. B. Sociopoetizando a violência doméstica: Estudo da Terapia Ocupacional em contextos sociais. In 18 REDOR, 2015.

BRAGA, I. F.; DE OLIVEIRA, W. A.; DOS SANTOS, M. A. “História do presente” de mulheres durante a pandemia da covid-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade. **Revista Feminismos**, vol. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459/23919>>.

BRASIL Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, (Lei do Feminicídio). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. 2013. Disponível em: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf>

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. 2004. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_nacional_enfrentamento_a_violencia.pdf>.

BRASIL. VISÍVEL E INVISÍVEL a Vitimização de Mulheres no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 4ª edição, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-infografico.pdf>>.

CARDOSO, P.T.; SILVA, C.R.; RIBEIRO, F.C. Poder, patriarcado e (r)existência: notas sobre uma experiência sensível e crítica entre mulheres na academia. **Interface**, Botucatu. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/s79gGVMBxQVzfQ4y5XDRRkL/?format=pdf&lang=pt>>.

CHAGAS, et al. Terapia Ocupacional na Assistência Social. Ed. 2, Rio de Janeiro, CREFITO2, 2015. Disponível em: <<https://www.go2webdbm.com.br/clientes/crefito2/fotos//Terapia%20Ocupacional%20Contribui%C3%A7%C3%B5es%20ao%20SUAS%20Volume%20II%20Crefito2%20CARTILHA.pdf>>.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. Atlas da Violência 2024. Brasília, IPEA, FBSP, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>>.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G. da.; LINDNER, S. R. Violência: definições e tipologias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf>.

CÓRDOBA, A. G. Sobre as novas formas de colonização em terapia ocupacional. Reflexões sobre a ideia de Justiça Ocupacional na perspectiva de uma filosofia política crítica.

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, n. 4, p. 1365-1381. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/HWfJMK3fDNX7dHfndSVMpvG/?format=pdf&lang=pt>>.

CÓRDOBA, A. G.; MALFITANO, A. P. S. Apontamentos críticos aos fundamentos da terapia ocupacional: contribuições para uma Terapia Ocupacional Outra. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, n. 31, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/rWgR5zQRCFcxSYLSDh6M9CF/?format=pdf&lang=pt>>.

CÔRTEZ, et al. Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 3 p. 208-215, 2011. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/rto/article/view/46384/50141>>.

CUNHA, B. M da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito. UFPR. 2014. Disponível em: <<https://direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-clasificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. VIOLÊNCIA E GÊNERO: Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23 n. 66. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HpSYn9QgsGqLZYZHvyjTgRh/?format=pdf&lang=pt>>.

DÍAZ, M.; PALOMINO, T.; QUINTANA, N.; PALACIOS, M.; ARACENA, P. Reflexiones desde las Terapias Ocupacionales desde el Sur: violencia estructural, derechos humanos y género en procesos de acompañamiento de mujeres durante el embarazo y maternaje. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 29, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/gZW6Y5GVkg6gnPjqVmH5gYC/>>.

DICIO. Dicionário Online de Português. 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/violencia/>>.

FARIAS, A. Z.; FERIGATO, S. H.; SILVA, C. R.; LIBERMAN, F. Expressões da violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 30, 2022. Disponível: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3002/3608>>.

FILHO, C. M. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/RfWfXX3NCKwSRNqFj9KK5PK/?lang=pt>>.

FRANCO, R. J. A.; MARTÍNEZ, A. S. D.; STEEMBECKER, D. J.; ORELLANA, F. M.; MORRISON, R.; MONZELI, G. A. “Me echaron de mi casa, empecé a trabajar en la calle”: interseccionalidad y apartheid ocupacional en el trabajo sexual. Un estudio de caso. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 31, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/7CwRBMZqTtfvwLMpjs7pQvC/abstract/?lang=es>>.

GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. **Cadernos**

Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, n. 1, p. 5-25, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/ZkxfWsTJJjBHCBVhdmFdMqB/?format=pdf&lang=pt>>.

GIRARD, R. A violência e o sagrado. São Paulo, UNESP, 1990. 391p.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353/6700>>

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPEL. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183-221, 1999. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf>.

HELFRICH, C. A.; AVILES, A. Occupational Therapy’s Role with Victims of Domestic Violence: Assessment and Intervention. **Occupational Therapy in Mental Health**, vol. 16, n. 314, p. 53-70, 2001.

HUGHES, C. M. L.; SOUTHARD, R.; WALSH, L.; GORDON-MURER, C.; HINTZE, A.; MUSSELMAN, E. Intimate Partner Violence Knowledge and Preparation: Perspective of Health Care Profession Students. **Journal of Physical Therapy Education**, vol. 36, n. 2, p. 163-170, 2022.

HUMBERT, T. K.; ENGLEMAN, K.; MILLER, C. E. Exploring Women's Expectations of Recovery From Intimate Partner Violence: A Phenomenological Study. **Occupational Therapy in Mental Health**, vol. 30, n. 4, p. 358-380, 2014.

IMPRESA SMETAL. “Ele não te bate, mas...” As violências invisíveis que as mulheres sofrem. Metalúrgicos Sorocaba e Região. 2021. Disponível em: <<https://smetal.org.br/imprensa/ele-nao-te-bate-mas-as-violencias-invisiveis-que-as-mulheres-sofrem/>>.

JAVAHERIAN-DYSINGER, H.; KRPALEK, D.; HUECKER, E.; HEWITT, L.; CABRERA, M.; BROWN, C.; FRANCIS, J.; ROGERS, K.; SERVER, S. Occupational Needs and Goals of Survivors of Domestic Violence. **Occupational Therapy In Health Care**, vol. 30, n. 2, p. 175-186, 2016.

JOHNSON, L. A.; PATTERSON, A.; BEGLEY, K.; RYAN-HADDAD, A.; PICK, A. M.; TODD, M.; SEDILLO, T.; DAWSON, A. M. Development and implementation of violence across the lifespan (VAL) interprofessional education modules for health sciences students addressing human trafficking, child maltreatment, and intimate partner violence. **Journal of Interprofessional Education & Practice**, n. 29. 2022.

MICHAUD, Y. A violência. São Paulo: Ática, 1989

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS Medicine**, vol. 6, n. 7, 2009.

NASCIMENTO, J. da S. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A RUPTURA DE SEUS PAPEIS OCUPACIONAIS. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23900/1/2018_JoycedaSilvaNascimento_tcc.pdf>.

OLIVEIRA, M. T.; FERIGATO, S. H. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 27, n. 3, p. 508-521, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/99tmk3n6WhsMjcWHjMZVMGK/?format=pdf>>.

OLIVEIRA, M. T., PAN, L. C. Projetar a vida sendo menina: contribuições da terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 31, 2023. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3562/3905>>.

Organização das Nações Unidas (ONU). Femicides in 2023: Global Estimates of Intimate Partner/Family Member Femicides (United Nations publication, 2024). Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-11/femicides-in-2023-global-estimates-of-intimate-partner-family-member-femicides-en.pdf>>.

QUADROS, M. K. G. et al. Inserção da terapia ocupacional na assistência às mulheres que sofrem violência doméstica. **Enfermagem Brasil**, v. 16 n. 6., 2017. Disponível em: <<https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/1090/3279>>.

RIBEIRO, N. B.; SOUZA, C. C. B. X. de. Reflexões sobre as redes sociais de suporte de mulheres que sofreram violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo: considerações sobre a percepção do corpo e da sexualidade das mulheres. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, vol. 32, p. 1-9, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/203875/189759>>.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf>.

SAFFIOTI, H. I. B. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL. Estudos Feministas, Ano 2, p. 443-461, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16177/14728>>.

SANTOS, J. V dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: Ciência e Cultura. São Paulo, v. 54, n.1, p.22-24, 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100017>.

SIVAGURUNATHAN, M.; PACKMAN, T.; DIMOPOULOS, L.; MURRAY, R.; MADDEN, K.; MACDERMID, J. C. Hand therapists' attitudes, environmental supports, and self-efficacy regarding intimate partner violence in their practice. **Journal of Hand Therapy**, p. 1-7, 2017.

STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C (orgs). Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF : Technopolitik, 2017. 628 p.

TIRONI, T. M. M.; CARVALHO, M. J. L. de.; DRUMMOND, A. de F.; COSTA, L. A. Social inequalities portrayed in the occupational experiences of girls ahead of incarceration in Brazil. **Journal of Occupational Science**, 2023.

TOCCALINO, D.; ASARE, G.; FLEMING, J.; YIN, J.; KIEFTENBURG, A.; MOORE, A.; HAAG, H. L.; CHAN, V.; BABINEAU, J.; MACGREGOR, N.; COLANTONIO, A. Exploring the Relationships Between Rehabilitation and Survivors of Intimate Partner Violence: A Scoping Review. **TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE**, vol. 25, n. 2, p. 1638-1660, 2024.

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K. K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D.; MOHER, D.; PETERS, M. D. J.; HORSLEY, T.; WEEKS, L.; HEMPEL, S.; AKL, E. A.; CHANG, C.; MCGOWAN, J.; STEWART, L.; HARTLING, L.; ADCROFT, A.; WILSON, M. G.; GARRITTY, C.; LEWIN, S.; GODFREY, C. M.; MACDONALD, M. T.; LANGLOIS, E. V.; SOARES-WEISER, K.; MORIARTY, J.; CLIFFORD, T.; TUNÇALP, Ö.; STRAUS, S. E. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and Explanation. **Annals of Internal Medicine**, vol. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. Disponível em: <<https://www.acpjournals.org/doi/10.7326/M18-0850>>.

YUPANQUI-CONCHA, A.; ARISMENDI, M. H.; GODOY, D. M. “Yo fui violentada adentro, estando en un lugar que me tenían que cuidar”: Experiencias de opresión y violencias en contextos de salud hacia mujeres con discapacidad y abordajes desde la terapia ocupacional feminista. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 30, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/PzVgZKZsNdgZT89svCt5WxS/>>.

APÊNDICE A

Acesso aos mapas mentais de cada um dos textos selecionados na revisão de escopo por meio do QR CODE apresentado a seguir.

